

AJ 23716

Emprego para jovens

emprego

Governo federal pretende gerar 100 mil postos de trabalho para quem tem entre 16 e 24 anos

DENISE ZANDONADI

Previsto para ser lançado na quinta-feira, o Programa Primeiro Emprego para Juventude, do Governo federal, pretende incentivar as empresas a criarem 100 mil postos de trabalho em todo o país. Ainda sem definição de números para o Espírito Santo, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) aguarda a divulgação das metas federais para adequar o programa no Estado.

Segundo o delegado regional do Trabalho no Espírito Santo, Tarciso Vargas, está marcada para hoje, em Brasília, uma reunião com todos os delegados estaduais do Trabalho para discutir a questão do Primeiro Emprego e, também, sobre o Fórum do Trabalho. Nesta reunião deverá ser detalhado o programa que será apresentado ao país ainda nesta semana.

Estímulo

Na semana passada, o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, apresentou o esboço do programa a empresários de todo o país. O projeto vai envolver uma série de medidas, entre as quais uma linha especial de crédito para universitários e incentivo fiscal para empresas que derem oportunidade a jovens entre 16 anos e 24 anos.

Durante a reunião, o ministro estimulou as empresas

que já dispõem de programas sociais, conhecidas como "empresas de responsabilidade social", a aderirem ao Primeiro Emprego, independentemente de receber ou não incentivo fiscal. Algumas empresas estão dispostas até a aderir ao projeto, recebendo ou não incentivo fiscal.

Perfil

O perfil do jovem a ser atendido será aquele com maior dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, com pouca escolaridade e pertencente a família de baixa renda. No Espírito Santo, segundo informações do IBGE, são 201 mil jovens nesta faixa de idade que poderão ser beneficiados com o programa Primeiro Emprego.

Em todo o país, o programa, teria de estar preparado para dar oportunidades para uma população de, no mínimo, 3,6 milhões de jovens desempregados entre 15 a 24 anos que estão procurando emprego e fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA), do IBGE. Deste total, 1,6 milhão frequentam a escola, enquanto 1,9 milhão não estudam.

Informalidade

A preocupação com a criação de emprego é justificada quando se analisam os últimos dados sobre a situa-



Chico Guedes

Sem carteira

ção do trabalho no país. Em março, a taxa de desemprego foi de 12,1% e ficou acima dos 11,6% de fevereiro. É também a maior taxa registrada desde abril do ano passado. Houve ainda crescimento da informalidade (trabalhadores sem carteira assinada), que atingiu 9,3% dos ocupados, conforme dados divulgados pelo IBGE.

No país todo, a maioria das vagas criadas foi no setor

Jovem trabalha como camelô no Centro de Vitória: dados do IBGE mostram que a informalidade cresce no país

informal. A informalidade elevou a ocupação e derrubou o rendimento dos trabalhadores em março. O crescimento de 6% no número de ocupados no mês, ante igual período do ano passado, com acréscimo de 1,038 milhão de pessoas trabalhando, ocorreu especialmente por causa do aumento de 9,3% no número de ocupados sem carteira assinada nas seis regiões metropolitanas pes-

quisadas pelo IBGE. O número de ocupados com carteira cresceu apenas 3,3%.

A maior precariedade do mercado de trabalho em março, com aumento do emprego informal, reduziu a renda dos ocupados. Segundo o IBGE, o rendimento médio real dos trabalhadores caiu 7,2% em março, ante igual mês do ano passado. Na comparação com fevereiro, o rendimento caiu 2%.

Estágio facilita a inserção no mercado

Vários programas de estágios já são desenvolvidos para a integração de estudantes no mercado de trabalho. O Centro de Integração Empresa Escola do Espírito Santo (Ciee) desenvolve dois programas com este objetivo: o Adolescente Aprendiz e Adolescência e Cidadania. Segundo o superintendente do Ciee, Jossyl Nader, já foram encaminhados, através dos dois programas, 220 mil estagiários no Estado. Pelo menos 49% foram efetivados nas empresas ao final do período de estágio.

Nader explicou que a maioria dos estagiários é oriunda de escolas públicas, "o que mostra que o objetivo principal - a oferta de estágio para jovens carentes - vem sendo atingido". No programa Adolescência e Cidadania, para jovens entre 16 e 18 anos, o objetivo é trabalhar para a colocação dos chamados jovens que correm risco social, isto é, que não concluíram ainda o ensino fundamental. Já foram encaminhados 2,5 mil jovens nesta situação, explicou Nader.

De 1992 a 2001, 1.650 adolescentes foram contratados por empresas participantes dos projetos, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). O Adolescente e Cidadania surgiu em 1992, com o objetivo de contribuir para a formação pessoal e social de jovens em situação de risco.

A gazeta: Vitória, 29 de abril de 2003.

p. 710. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.